

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA**D.J. 23.04.2004****18/12/2003****EMENTÁRIO Nº 2148 - 5****TRIBUNAL PLENO****HABEAS CORPUS 83.703-4 SÃO PAULO****RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

PACIENTE(S) : MARIANGELA DE ABREU COSTANTINI

PACIENTE(S) : LIVIA COSTANTINI MARQUES

PACIENTE(S) : STELLA DE ABREU COSTANTINI

PACIENTE(S) : MATHEUS DE ABREU COSTANTINI

PACIENTE(S) : SÉRGIO ULIAN

PACIENTE(S) : HÉLIO SHIMOKOMAKI

PACIENTE(S) : REINALDO MELAZI

PACIENTE(S) : CLAUDINIR ROBERTO POLTRONIERI

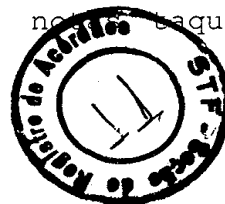
IMPETRANTE(S) : MIGUEL REALE JÚNIOR E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - CPI DO
BANESTADO

DEPOIMENTO - TERMO DE COMPROMISSO - INVESTIGADO - CPI - POLIVALÊNCIA DO TERMO - IMPROPRIEDADE. A circunstância de o convocado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito ser alvo da própria investigação desobriga-o da assinatura do termo de compromisso, não subsistindo, ante a contrariedade à ordem natural das coisas, de força insuplantável, a ressalva de que não estará compelido a manifestar-se a ponto de incriminar-se.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por



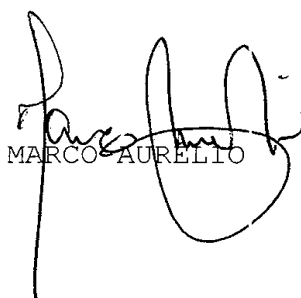
unanimidade de votos, em deferir a ordem, nos termos do voto do relator.

Brasília, 18 de dezembro de 2003.

MAURÍCIO CORRÊA

-

PRESIDENTE

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Marco Aurélio', is written over the printed name. The signature is stylized with a large loop and a long vertical stroke.

MARCO AURELIO

-

RELATOR

17/12/2003

TRIBUNAL PLENO

HABEAS CORPUS 83.703-4 SÃO PAULO**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

PACIENTE(S) : MARIANGELA DE ABREU COSTANTINI

PACIENTE(S) : LIVIA COSTANTINI MARQUES

PACIENTE(S) : STELLA DE ABREU COSTANTINI

PACIENTE(S) : MATHEUS DE ABREU COSTANTINI

PACIENTE(S) : SÉRGIO ULIAN

PACIENTE(S) : HÉLIO SHIMOKOMAKI

PACIENTE(S) : REINALDO MELAZI

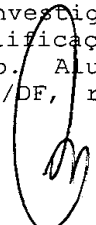
PACIENTE(S) : CLAUDINIR ROBERTO POLTRONIERI

IMPETRANTE(S) : MIGUEL REALE JÚNIOR E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - CPI DO
BANESTADOR E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na oportunidade em que deferi medida acauteladora, assim retratei a espécie:

Os advogados Miguel Reale Júnior, Eduardo Reale Ferrari, Luiz Guilherme Moreira Porto e Helena Regina Lobo da Costa impetram este habeas em favor de Mariangela de Abreu Costantini, Livia Costantini Marques, Stella de Abreu Costantini, Matheus de Abreu Costantini, Sérgio Ulian, Hélio Shimokomaki, Reinaldo Melazi e Claudinir Roberto Poltronieri. Noticiam a existência dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito decorrente do Requerimento nº 5/2003, com o objetivo de "apurar responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especialmente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5". Afirmam que diligências estariam em andamento, deslocando-se uma subcomissão para São José do Rio Preto. Salientam que os pacientes foram convocados para depor, olvidando-se a qualidade de investigados. Dizem do receio de os pacientes serem tidos como testemunhas, muito embora já deferido requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático. Asseveram descaber o enquadramento dos pacientes como pessoas desinteressadas ante o curso das investigações, razão pela qual se mostraria imprópria a qualificação de testemunhas sujeitas à subscrição de compromisso. Aludem a precedentes desta Corte - Habeas Corpus nº 79.589/DF, relator



ministro Octavio Gallotti, *Habeas Corpus* n° 79.812/SP, relator ministro Celso de Mello, *Habeas Corpus* n° 81.400, relator ministro Néri da Silveira, *Habeas Corpus* n° 83.633/DF, relatora ministra Ellen Gracie, *Habeas Corpus* n° 83.622/DF, relator ministro Celso de Mello, e, por último, sob o prisma específico, considerada a mesma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o *Habeas Corpus* n° 83.654/SP, do qual sou relator. Pleiteiam a concessão de liminar que impeça o enquadramento dos pacientes como testemunhas, vindo-se após a conceder em definitivo a ordem, para serem ouvidos apenas na condição de investigados, sem prestarem compromisso. Dizem da possibilidade de os pacientes serem submetidos a custódia por falso testemunho. Sob o ângulo do risco, ressaltam que a oitiva dos pacientes deverá ocorrer nos próximos dias, mais precisamente nos dias 13 e 14 deste mês. À inicial juntaram-se os documentos de folha 17 a 25. Este *habeas* me foi distribuído por prevenção em face da relatoria do de n° 83.654, no qual consta como paciente José Pascoal Costantini.

Aos autos vieram as informações de folha 42 a 53, a revelar dados sobre os motivos que levaram à convocação realizada e a noticiar que o compromisso a ser firmado tem o seguinte teor:

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade, no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5°, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Busca-se comprovar o não-cabimento da impetração, argumentando-se que, mesmo se o comparecimento se fizer na qualidade de mero envolvido, é possível a obtenção de esclarecimentos diversos. Tecem-se considerações, no intuito de demonstrar a falta de recepção, pela Carta de 1988, do disposto no parágrafo único do artigo 3° da Lei n° 1.579/52, sobre os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito, segundo o qual "em caso de não-comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que reside ou se


encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal". Ter-se-ia, agora, a detenção, pelas comissões parlamentares de inquérito, dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais - parágrafo único do artigo 58 da Constituição Federal em vigor.

Com as informações, juntaram-se os documentos de folha 54 a 130. O Procurador-Geral da República pronunciou-se pela concessão da ordem, em peça assim sintetizada (folha 132):

Sendo indubitoso que a pessoa é convocada a depor em CPI na condição de investigada, o que se reconhece pela precedente aprovação de quebra de seu sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático, há de depor nesta condição, e não como testemunha, garantindo-se-lhe, assim, o direito constitucional ao silêncio.

Recebi os autos para exame em 5 de dezembro de 2003, neles havendo lançado visto no dia imediato, designando como data de julgamento a de hoje, 17 de dezembro de 2003, isso objetivando a ciência aos impetrantes, no que lhes assiste o direito de assomar à tribuna. Registro que a ausência de inserção do processo em pauta visa tão-somente à celeridade no julgamento.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) -

Compreenda-se a referência ao Sr. José Pascoal Constantini contida nas informações. A par da coincidência do patronímico, considerados alguns dos pacientes deste processo, tem-se que é ele paciente em *habeas* a revelar idêntica matéria - o de nº 83.654-2. O dado não prejudica as informações.

No mais, agora com o apoio da manifestação da Procuradoria Geral da República, reafirmo o assentado quando do deferimento da liminar, salientando que não se faz em jogo, na espécie, a condução coercitiva dos pacientes pela própria Comissão Parlamentar de Inquérito. No *habeas*, veiculou-se pedido único, ou seja, de serem os pacientes ouvidos na condição de investigados, sem prestar compromisso, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, expedindo-se salvo conduto em caso de prisão por falso testemunho. Veja-se o contido no item 2 da decisão de folha 34 a 36:

Constata-se, pelo ato mediante o qual foi deferido o afastamento do sigilo quanto aos pacientes (folhas 22 e 23), o envolvimento deles não como simples testemunhas, mas como alvo das investigações. Valho-me do que tive a oportunidade de consignar quando concedi medida acauteladora relativamente a José Pascoal Costantini no *Habeas Corpus* nº 83.654-2/SP:


2. Ao primeiro exame, surgem suposições de encontrar-se o paciente envolvido no que se aponta como remessas ilegais de valores para o exterior, como evasão de divisas do Brasil. Daí a impropriedade de vir a ser ouvido na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito como testemunha. Constando do processo respectivo dados que evidenciam condição diversa, forçoso é ter presente

a garantia do artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal:

O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

Cumpra interpretar o preceito como revelador de garantia constitucional do cidadão, não se limitando à figura do preso. Esse dispositivo suplantou o previsto no artigo 186 do Código de Processo Penal, segundo o qual o silêncio do acusado pode se mostrar contrário aos próprios interesses. Conforme precedente desta Corte, contido na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 180/1125, a norma instrumental e material não foi recepcionada pela Constituição de 1988. Salta aos olhos a incompatibilidade do trato da matéria presente o Código de Processo Penal, editado em pleno regime de exceção - Estado Novo -, e os novos ares constitucionais advindos com a Carta Popular de 1988 - que Ulysses Guimarães apontou como "cidadã" -, enfática quanto aos direitos dos cidadãos em geral.

Ressalto que a circunstância de lançar-se, no termo de compromisso, não ficar o depoente obrigado a depor contra si próprio não tem o significado pretendido. O referido termo é incompatível com a ordem jurídica em vigor. A norma do artigo 203 do Código de Processo Penal, a prever que o depoente "sob palavra de honra compromete-se a dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado", está restrito à testemunha. Em se tratando de acusado, descabe a lavratura do citado termo, pouco importando que dele conste, em contrariedade ao princípio lógico do terceiro excluído, que não estará compelido a depor contra si próprio. O termo cai por terra, sob o ângulo jurídico, no que surge com polivalência incompatível com o arcabouço normativo. Concedo a ordem, tornando definitiva a liminar.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 83.703-4**

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S): MARIANGELA DE ABREU COSTANTINI

PACTE.(S): LIVIA COSTANTINI MARQUES

PACTE.(S): STELLA DE ABREU COSTANTINI

PACTE.(S): MATHEUS DE ABREU COSTANTINI

PACTE.(S): SÉRGIO ULIAN

PACTE.(S): HÉLIO SHIMOKOMAKI

PACTE.(S): REINALDO MELAZI

PACTE.(S): CLAUDINIR ROBERTO POLTRONIERI

IMPTE.(S): MIGUEL REALE JÚNIOR E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES): COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - CPI DO
BANESTADO

Decisão: Após os votos do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem, e do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, que o acompanhava, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Carlos Britto. Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 17.12.2003.

Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Nelson Jobim, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto e Joaquim Barbosa.

Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos Fonteles.


+1 Luiz Tomimatsu
Coordenador

18/12/2003

TRIBUNAL PLENO

HABEAS CORPUS 83.703-4 SÃO PAULO


À revisão de aparte do Sr. Ministro Marco Aurélio (Relator)

VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Senhor Presidente, tenho como incensurável o voto do Ministro Marco Aurélio que ratificou a liminar, por ele mesmo concedida, com o aval da douta Procuradoria-Geral da República, porque os pacientes, após a quebra dos seus sigilos, realmente, não podem mais ser tratados como testemunhas e, sim, como investigados, com o direito natural de não auto-incriminação. Logo, não podem prestar juramento, ou compromisso, como testemunhas.

Pedi vista dos autos especificamente porque percebi, da leitura do ilustrado voto, que a oitiva dos pacientes se daria em 13 e 14 de novembro do ano fluente. Pergunto ao eminente Ministro-Relator se o writ não estaria prejudicado a essa altura.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Penso que não, porque é muito comum adiarem as oitivas. No caso, nas informações, não veio qualquer dado que levasse ao prejuízo da impetração.



HC 83.703 / SP

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Então,
acompanho, sem restrições, o voto do eminente Ministro-Relator.

* * * * *



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 83.703-4**

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S): MARIANGELA DE ABREU COSTANTINI

PACTE.(S): LIVIA COSTANTINI MARQUES

PACTE.(S): STELLA DE ABREU COSTANTINI

PACTE.(S): MATHEUS DE ABREU COSTANTINI

PACTE.(S): SÉRGIO ULIAN

PACTE.(S): HÉLIO SHIMOKOMAKI

PACTE.(S): REINALDO MELAZI

PACTE.(S): CLAUDINIR ROBERTO POLTRONIERI

IMPTE.(S): MIGUEL REALE JÚNIOR E OUTRO(A/S)


COATOR(A/S)(ES): COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - CPI DO
BANESTADO

Decisão: Após os votos do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem, e do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, que o acompanhava, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Carlos Britto. Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 17.12.2003.

Decisão: O Tribunal, por decisão unânime, deferiu a ordem, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 18.12.2003.

Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Nelson Jobim, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto e Joaquim Barbosa.

Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos Fonteles.


Luiz Tomimatsu
Coordenador

71